



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Ata da 14ª reunião extraordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha – INPREV. Aos 04 dias do mês de dezembro de 2015, às 08h30, na sala de reuniões do INPREV, situado à Praça Marechal Deodoro, 120 – centro nesta cidade, com as presenças dos membros titulares Sr. André Mambelli Lopes, Sr. Éder Jerônimo da Silva, Sr. Edson Crepaldi Retori, Sr. Paulo Alexandre Praxedes e membros suplentes, Sr. Demétrio Lopes Tomaz, e Sr. Lupércio Narciso Vieira, realizou-se a 14ª reunião extraordinária do Comitê de Investimentos do INPREV, com pauta única: Política de Investimentos 2016. A reunião foi presidida pelo membro nato, Chefe do Serviço Financeiro, Sr. Paulo Alexandre Praxedes, em observância ao disposto no §2º do Art. 2º do Decreto nº 6.995/2014, § 2º do Art. 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução 006/2014 do Conselho de Administração e Art. 3º da Portaria nº 11.562/2014 que, iniciou com um breve relato das expectativas para 2016, que tem como fonte UGP/BB Comentários Econômicos 2015/2016, material que objetiva subsidiar os RPPS na elaboração de suas Políticas de Investimentos 2016: **EUA**, o crescimento econômico americano tem se consolidado: dados referentes à redução do desemprego e elevação da inflação trouxeram consigo fortes expectativas quanto a uma política monetária mais restritiva. A elevação dos juros terá como objetivo o controle inflacionário. Nessas situações, as oscilações nas taxas de juros futuras no Brasil tendem a ser mais contundentes principalmente nos papéis com prazos mais longos, como as NTN-Bs que compõe os índices IDkA20, IMA-B5+ e IMA-B. A medida do impacto desta elevação de juros dependerá tanto sua magnitude quanto das condições macroeconômicas brasileiras. **CHINA**: Como dito, o mercado acompanhará de perto as medidas tomadas pelos formadores da política econômica chinesa e medirão sua efetividade. Em se confirmando as expectativas – ou seja, um “pouso suave” – a aversão ao risco deve se reduzir, porém, se não se confirmarem, teremos mais volatilidade no mercado internacional. Não se pode descartar o comportamento das economias asiáticas: existe uma queda generalizada na produção e nas exportações. **BRASIL**: O ajuste fiscal será acompanhado de perto pelos investidores será a capacidade do governo ajustar as contas públicas. Num cenário de queda do PIB e conseqüentemente queda de arrecadação de tributos, o corte de gastos passa a ter papel preponderante na saúde contábil do governo. Desta forma, a busca pelo superávit primário terá significado especial, principalmente diante da possibilidade da perda do grau de investimentos por uma segunda agencia internacional de rating. Quanto ao único item da pauta: - Política de Investimentos 2016, o Sr. Presidente apresentou a Minuta da Política de Investimentos 2016, que foi construída em parceria com o Risk Office, tendo como base todos os normativos relacionados aos investimentos dos RPPS e em especial a Resolução CMN nº 3922/2010 e suas alterações, o relatório FOCUS de 20/11/2015. O Sr. Presidente observou que o Cenário Econômico para 2016 é incerto e obscuro devido a variáveis no cenário externo e principalmente o cenário interno. Os consultores de investimentos ultimamente têm recomendado insistentemente por papéis de curto prazo, com intuito de diminuir volatilidade, assumindo assim uma estratégia conservadora. Estratégia que se justifica no iminente processo de elevação da taxa de juros norte-americana que muito provavelmente se dará neste mês, a nova rodada de estímulos monetários do Banco Central Europeu para



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

dezembro/2015 e prováveis ações complementares em 2016, a continua desaceleração da economia chinesa em 2016. No cenário doméstico, nesse momento, o que se percebe é uma confusão, o Governo passou o ano tentando aprovar medidas que pudessem propiciar a retomada de um ambiente positivo e confiável aos investidores. O balanço é que as conquistas no Congresso Nacional ficaram aquém das expectativas, fato que se arrastará para 2016. Outro fato agravante é o pedido de Impeachment contra a presidente, acatado pelo presidente da Câmara dos Deputados. Observou ainda que a meta atuarial estabelecida na minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2016 é IPCA + 6%a.a.. A minuta da Política de Investimentos após lida e prestados os devidos esclarecimentos, foi amplamente debatida, e deliberada à unanimidade pelo Comitê de Investimentos. Os membros do Comitê ressaltaram a questão econômica brasileira, que hoje, está mais relacionada à crise política e ética que propriamente aos fundamentos econômicos, enquanto não se resolver a crise política, que é agravada com o processo de impeachment, haverá dificuldade em planejar os investimentos para os próximos períodos. Pela análise das expectativas para 2016 e todo o exposto nesta ata, a justificativa em se aprovar uma Política de Investimentos para 2016 nos limites que a Resolução nº 3922/2010 e suas alterações permite aos RPPS. A minuta aprovada consta do Processo Admin. nº 157/2015 e a alocação prevista para os investimentos segue abaixo:

Fundo	Limite Legislação	Limite Sugerido	Adequação Fundo
Títulos Públicos	100.00%	100.00%	Art. 7o, Inciso I, Alínea A
Fundos que contenham somente títulos públicos	100.00%	100.00%	Art. 7o, Inciso I, Alínea B
Operações Compromissadas	15.00%	15.00%	Art. 7o, Inciso II
Fundos Renda Fixa / Referenciados Renda Fixa IMA e IDkA	80.00%	80.00%	Art. 7o, Inciso III, Alínea A
Fundos de Índices de Renda Fixa IMA e IDkA	80.00%	80.00%	Art. 7o, Inciso III, Alínea B
Fundos de Renda Fixa (Normal)	30.00%	30.00%	Art. 7o, Inciso IV, Alínea B
Fundos de Índices de Renda Fixa (Normal)	30.00%	30.00%	Art. 7o, Inciso IV, Alínea B
Poupança	20.00%	20.00%	Art. 7o, Inciso V, Alínea A
Letra Imobiliárias Garantidas	20.00%	20.00%	Art. 7o, Inciso V, Alínea B
FIDC	15.00%	15.00%	Art. 7o, Inciso VI
FIDC Fechado	5.00%	5.00%	Art. 7o, Inciso VII, Alínea A
Fundo Crédito Privado	5.00%	5.00%	Art. 7o, Inciso VII, Alínea B
Fundos de Ações Referenciados	30.00%	30.00%	Art. 8o, Inciso I
Fundos de Índices de Ações	20.00%	20.00%	Art. 8o, Inciso II
Fundos de Ações	15.00%	15.00%	Art. 8o, Inciso III
Fundos Multimercados	5.00%	5.00%	Art. 8o, Inciso IV
Fundos de Participações	5.00%	5.00%	Art. 8o, Inciso V
Fundos de Investimento Imobiliários	5.00%	5.00%	Art. 8o, Inciso VI

A Política de Investimentos ora aprovada seguira para o Conselho de Administração do INPREV. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme vai por todos assinada.